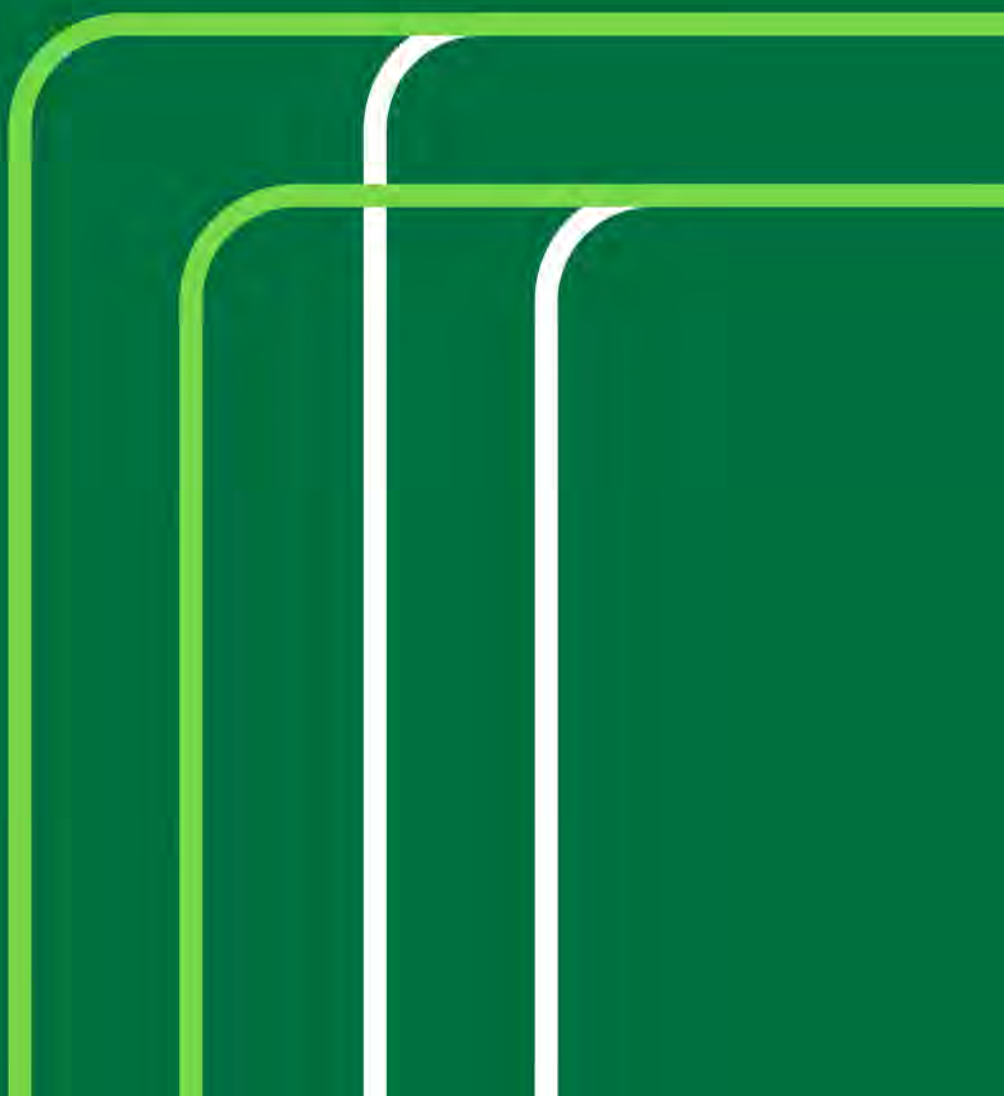
UHY
Connect to possibility

uhy.com

Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia CNPJ: 17.213.821/0001-09

Demonstrações financeiras do exercício findo
Em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 28 de maio de 2026



Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas	10



UHY Bendoraytes
Av. João Cabral de Melo Neto, 850
Bloco3, 1301 a 1305
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

T +55 21 3030 4662
E info@uhy-br.com

Uhy-br.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e cotistas do
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos Ltda., que compreendem a posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Fundo pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para Abstenção de opinião

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2023, o Fundo possuía investimento na AEP Agrícola S.A. ("Companhia Investida") no montante de R$ 246.058 mil, representando 78,31% do patrimônio líquido do Fundo. As demonstrações financeiras da Companhia Investida referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por nós que emitimos relatório de auditoria contendo com abstenção de opinião. Adicionalmente, até a emissão deste relatório, não nos foi possível concluir sobre os eventos subsequentes do Fundo por não termos obtido acesso à documentação de auditoria apropriada e suficiente. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a adequação da mensuração e a recuperabilidade dos saldos apresentados, sobre os resultados auferidos por equivalência patrimonial, bem como sobre a necessidade de eventuais ajustes e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras do Fundo.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 22 às demonstrações financeiras do Fundo, onde foi descrito que conforme fato relevante, divulgado em 19 de março de 2024, a LAD Capital, após a reavaliação dos requisitos para a classificação do Fundo como entidade de investimento em virtude da edição da Lei Nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 e da Resolução CMN n° 5.111 de 21 de dezembro de 2023, em especial nos termos de seu Art. 2º, §2 e seguintes, entendeu que o Fundo não atende aos requisitos necessários para a classificação como entidade de investimento, de acordo com as normas atualmente aplicáveis à espécie. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Audit | Tax | Consulting

Urbach Hacker Young International Limited is the administrative entity of the international UHY network of independent accounting and consulting firms. The UHY network is a member of the Forum of Firms.

Urbach Hacker Young International Ltd. Registered office: Quadrant House, 4 Thomas More Square, London E1W 1YW. Registered in England 3692575

MEMBER OF THE FORUM OF FIRMS

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2026.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8



Assinado digitalmente por MARCOS SILVA FERREIRA:10082701725
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=08701082000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=MARCOS SILVA FERREIRA:10082701725
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1

MARCOS FERREIRA
Contador
CRC 1RJ 112467/O-9

TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA(CNPJ: 11.249.598/0001-73)

(Administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos LTDA.) (CNPJ: 17.213.821/0001-09)

Demonstração da composição e diversificação da carteira
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Tipo 2023	Quantidade 2023	Cotação 2023	Valor atual 2023	% sobre o PL 2023	Tipo 2022	Quantidade 2022	Cotação 2022	Valor atual 2022	% sobre o PL 2022
Disponibilidades				**152**	**0,05**				**147**	**0,04**
Banco				152	0,05				147	0,04
Participações em companhias fechadas				**313.699**	**99,84**				**359.358**	**99,95**
Agro Energia Piauí S.A.	ON	14.600.346		27.743	8,83	ON	14.600.346	0,05	695	0,19
AEP Agrícola S.A.	ON	16.707.432		246.058	78,31	ON	16.707.432	18,87	315.254	87,69
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.	ON	45.777.783		39.898	12,70	ON	46.912.372	0,93	43.409	12,07
Outros ativos				**531**	**0,17**				**176**	**0,05**
Outros ativos				531	0,17				176	0,05
Total do Ativo				**314.382**	**100,06**				**359.681**	**100,04**
Valores a pagar				**175**	**0,06**				**157**	**0,04**
Taxa de administração				31	0,00				26	0,00
Taxa de gestão				143	0,05				130	0,04
Auditoria e contabilidade				1	0,00				1	0,00
Total passivo				**175**	**0,06**				**157**	**0,04**
Patrimônio líquido				**314.207**	**100,00**				**359.524**	**100,00**
Capital Social				54.936	17,48				54.936	15,28
Reserva de Lucros				259.271	82,52				304.588	84,72
Outros resultados abrangentes				-	-				-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido				**314.382**	**100,06**				**359.681**	**100,04**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(CNPJ: 11.249.598/0001-73)

(Administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos LTDA.) (CNPJ: 17.213.821/0001-09)

Demonstração do Resultado dos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2023	2022
Composição do resultado do exercício		
Resultado financeiro	**(43.903)**	**239.011**
Resultado de ajuste ao valor justo de investidas	-	237.346
Resultado de Equivalência patrimonial	(43.903)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	1.657
Rendas de aplicações em Fundos de Investimentos	-	8
Demais despesas e receitas	**(2.398)**	**(1.607)**
Taxa de administração	(359)	(312)
Taxa de gestão	(1.775)	(1.025)
Taxa de fiscalização - CVM	(5)	(20)
Serviços bancários	(3)	(2)
Auditoria	(21)	(21)
Serviços técnicos especializados	(72)	(403)
Outras receitas e despesas	(163)	176
Resultado do exercício apropriado ao patrimônio líquido	**(46.301)**	**237.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(CNPJ: 11.249.598/0001-73)

(Administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos LTDA.) (CNPJ: 17.213.821/0001-09)

Demonstração do Resultado Abrangente dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(46.301)**	**237.404**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(46.301)**	**237.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 11.249.598/0001-73)

(Administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos LTDA.) (CNPJ: 17.213.821/0001-09)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Cotas integralizadas	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste de Exercícios Anteriores	Reserva de Lucros	Lucros ou (Prezuíjos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**54.936**			**67.184**		**122.120**
Lucro do período					237.404	237.404
Destinação de reservas				237.404	(237.404)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**54.936**			**304.588**	**-**	**359.524**
Lucro do período					(46.301)	(46.301)
Ajustes de exercícios anteriores			984			984
Destinação de reservas			(984)	(45.317)	46.301	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.936**	**-**	**-**	**259.271**	**-**	**314.207**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 11.249.598/0001-73)

(Administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos LTDA.) (CNPJ: 17.213.821/0001-09)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Outras despesas operacionais	(165)	(2)
Auditoria	(21)	(21)
Serviços técnicos especializados	(72)	(370)
Pagamento Taxa de gestão	(1.762)	(1.076)
Pagamento Taxa de administração	(354)	(220)
Pagamento Taxa CVM, CETIP e ABVCAP	(5)	(20)
Valores a receber	(355)	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(2.734)**	**(1.709)**
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos		
Aplicação em fundos de investimentos	(101)	(400)
Resgate de fundos de investimentos	101	408
Juros sobre capital próprio	-	1.657
Redução de Capital	2.739	-
Caixa líquido das Atividades de investimentos	**2.739**	**1.665**
Variação liquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**(44)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início dos exercícios	147	191
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final dos exercícios	152	147
Variação liquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**(44)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela LAD Capital Gestora de Recursos Ltda, foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 14 (quatorze) anos, contados da data da integralização inicial, que poderá ser prorrogado, conforme proposta da Administração devida e previamente aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas. O Fundo teve o registro de funcionamento aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") datado de 23 de outubro de 2009, Ofício CVM/SIN/GIE/N°2900/2009 e encontra-se registrado na CVM sob o código 274-7,e iniciou suas operações em 16 de outubro de 2009. O Fundo é considerado diversificado e classificado como Tipo 1 nos termos do Código ABVCAP e ANBIMA.

O Fundo é destinado a investidores profissionais, assim entendidas as pessoas naturais oujurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor profissional, nostermos da Instrução CVM nº 539/13, que (i) busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no regulamento, (ii) aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo, e (iii) não necessitem de liquidez no curto prazo, dada a limitada ou inexistente liquides das cotas em negociação no mercado secundário.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, observada a política de investimento definida no Capítulo II do Regulamento do Fundo, por meio de investimentos na aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias investidas, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório das companhias investidas.

O Fundo deverá realizar os investimentos nos títulos e valores mobiliários no período de investimento, que terá duração de 5 (cinco) anos a partir da data de registro do Fundo perante a CVM. Após o período de investimento inicia o período de desinvestimento até a expiração do prazo de duração do Fundo ou sua liquidação, durante o qual os investimentos do Fundo deverão ter seus respectivos períodos de maturação e posteriormente ser liquidados. O prazo do período de investimento ou desinvestimento poderá ser prorrogado, conforme proposta do Administrador devida e previamente aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas.

Os títulos e valores mobiliários das companhias investidas podem ser ilíquidos no momento do investimento, mas o Fundo deve envidar seus melhores esforços para que a companhia investida, caso seja fechada, venha a atender, no que couber, aos padrões de governança corporativa exigidos pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A") para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado, Bovespa Mais, Nível 1 ou Nível 2 da B3 S.A, quando aplicável.

O cotista deve atestar por meio do Boletim de Subscrição que, tendo em vista a natureza do investimento em participações, e a política de investimento do Fundo, está ciente de que (i) os ativos componentes da carteira do Fundo poderão, em um primeiro momento, ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e que (ii) a carteira do Fundo poderá estar concentrada em Títulos e Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas, tomando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais Companhias Investidas.

A participação do Fundo no processo decisório da Companhia Investida poderá ocorrer:

I. Pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
II. Pela celebração de acordo de acionistas;
III. Pela eleição de membro(s) do conselho de administração;
IV. Pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo (mesmo que por meio de direito de veto) efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Investida; ou
V. Por quaisquer outros meios permitidos pela legislação em vigor ou aprovados pela CVM.

Não obstante a diligência da Administração em colocar em prática a política de investimento delineada no regulamento, a Administração não poderá ser responsabilizada por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira, ou prejuízos em caso de liquidação do Fundo (salvo na hipótese de tais prejuízos ou depreciações terem ocorrido em razão de culpa ou dolo desse mesmo agente), assumindo o cotista os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administração, do Custodiante ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, nem do Fundo Garantidor de Crédito.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente Instruções CVM nº 579 e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A partir de 02 de outubro de 2023, data de entrada em vigor da resolução 175/2022, o fundo foi automaticamente, considerado como constituído na forma de classe única de cotas.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização de determinados investimentos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva realização financeira desses investimentos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dessas premissas/expectativas.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 28 de maio de 2026

3. Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Investimentos

(I) Ações sem cotação em bolsa de companhias fechadas
As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado são avaliadas pelo seu custo de aquisição, sendo facultada, a critério do Administrador e, no melhor interesse do Fundo, a avaliação a preço de mercado pelo valor econômico financeiro. Até 31 de dezembro de 2016, reavaliadas periodicamente com base nos valores apresentados em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, conforme determinado pelo regulamento do Fundo.

A partir de 01 de janeiro de 2017, com a adoção inicial da Instrução CVM 579/16, o Fundo foi classificado como entidade de investimento com a adoção do método de valor justo para avaliação dos investimentos contidos nacarteira do Fundo, em conformidade com Instrução CVM 579/16 para critérios de entidades de investimentos, com base em laudo de avaliação produzido por avaliador independente.

Conforme fato relevante divulgado em 08 de abril de 2022, após a reavaliação dos requisitos para a classificação do Fundo como entidade ou não entidade de investimento, constantes nos artigos 4º e 5º da Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, concluiu como mais adequada a classificação como não entidade de investimento. A alteração da classificação do Fundo ocorrerá, a partir do exercício de 2024. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 as ações permaneceram avaliadas pelo valor justo.

(II) Ações com cotação em bolsa de companhias abertas
As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação de fechamento do últimodia em que foram negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados na demonstração das evoluções do patrimônio líquido.

As bonificações em ações são registradas na carteira de títulos apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

(b) Redução ao valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os ajustes são reconhecidos no resultado do exercício.

(c) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

4. Participação em companhias de capital fechado

a) Agro Energia Piauí S.A.(PIAUÍ)

Exercício 2023		
Capital Social	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício
R$ 14.600	R$ 27.060 (Reapresentado)	(R$ 1.201) (Reapresentado)

Exercício 2022		
Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
R$ 14.600	R$ 28.254	5.853

Em 17.03.2010 o Comitê de Investimentos do Fundo aprovou o investimento na empresa Agro Energia Piauí S.A. ("Agro Energia").

Em 31.12.2023 e 2022 o investimento do Fundo na Agro Energia está demonstrado na tabela a seguir:

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 99,99%		
31.12.2023		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	14.600.346	R$ 27.743

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 99,99%		
31.12.2022		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	14.600.346	695

A Gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da Companhia, via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R$ 7,44 devidamente atualizado pelo índice IPCA + 6% apurado pro rata die até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da Agro Energia Piauí S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2023.

A Agro Energia é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na zona rural da cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí, que tem por objeto social (a) a exploração de atividade agrícola e serviços relacionados, inclusive o cultivo de soja e milho, bem como a produção florestal e serviços relacionados ao cultivo de eucalipto; (b) a industrialização, processamento e comercialização de produtos agropecuários, florestais e seus derivados, no atacado e no varejo, próprios ou de terceiros; (c) a importação e exportação de bens e produtos relacionados aos seus fins sociais; (d) o comércio atacadista de energia elétrica, inclusive importação e exportação, a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em outras sociedades que tenham por objeto a geração, suprimento ou comercialização de energia por meio da implantação e exploração

de unidades termelétricas cuja geração de energia seja feita com produtos ou resíduos relacionados aos fins sociais da Companhia; e (e) o arrendamento de suas propriedades para sociedades cujos objetos incluam atividades relacionadas aos fins sociais da Companhia.

A Companhia não possui geração de fluxo de caixa operacional positivo e, diante deste cenário, ao longo de 2022 e 2023, celebrou contratos de mútuo com sua parte relacionada - Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("CBB") para pagamento de suas despesas correntes onde o principal objetivo é a preservação do seu patrimônio.

As demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. referente a 31 de dezembro de 2022 foram disponibilizadas em 05/05/2023 ao Administrador do Fundo juntamente com o relatóriodos auditores independentes emitido em 25 de abril de 2023, sem modificação de opinião.

As demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. referente a 31 de dezembro de 2023 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 23 de fevereiro de 2024, sem modificação de opinião.

b) AEP Agrícola S.A. (AEP)

Exercício 2023		
Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
R$ 21.485	R$ 246.083	R$ 59.161

Exercício 2022		
Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
21.485	186.914	119.926

Em janeiro de 2014 o Fundo passou a deter participação na AEP Agrícola S.A. ("AEP"), através da cisão parcial da Agro Energia, com a incorporação do acervo líquido, a valor contábil, pela Xavantina SP Participações S.A., posteriormente rebatizada para AEP Agrícola S.A.

Em 31.12.2023 e 2022 o investimento do Fundo na AEP está demonstrado na tabela a seguir:

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 99,99%		
31.12.2023		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	16.707.432	R$ 246.058

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 99,99%		
31.12.2022		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	16.707.432	315.254

A antiga gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da AEP Agrícola S.A., via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos), devidamente atualizado pelo índice IPCA+ 6% apurado pro rata die até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da AEP Agrícola S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2023.

A AEP é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Alvorada da Gurguéia, estado do Piauí, que tem por objeto social: (a) a exploração de atividade agrícola e serviços relacionados, inclusive o cultivo de soja e milho; (b) a industrialização, processamento e comercialização de produtos agropecuários e seus derivados, no atacado e no varejo, próprios ou de terceiros; (c) a importação e exportação de bens e produtos relacionados aos seus fins sociais; e (d) o arrendamento de suas propriedades para sociedades cujos objetos incluam atividades relacionadas aos fins sociais da Companhia.

A AEP detém 100% de uma companhia no exterior denominada AEP Overseas, sendo uma sociedade limitada e localizada na Palm Chamber, 197 Mais street, P.O. Box 3174, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, constituída em 03 de maio de 2013 pela AEP S.A que foi incorporada em janeiro de 2014.

Ao longo de 2023, a AEP celebrou contratos de mútuo com sua parte relacionada - Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("CBB") para pagamento de suas despesas correntes onde o principal objetivo é a preservação do seu patrimônio.

As demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. referente a 31 de dezembro de 2022 foram disponibilizadas em 05/05/2023 ao Administrador do Fundo juntamente com o relatóriodos auditores independentes emitido em 26 de abril de 2023, sem modificação.

As demonstrações financeiras da AEP Agrícola S.A. referente a 31 de dezembro de 2023 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 01 de março de 2024, sem modificação.

c) Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. (CBB)

Exercício 2023		
Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
R$ 40.222	R$ 40.547	826

Exercício 2022		
Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
R$ 41.222	R$ 41.505	1.138

A CBB é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí, que tem por objeto social exclusivo a geração e o suprimento ou comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração da usina termelétrica denominada UTE Canto do Buriti.

Em 22 de junho de 2014 a Steag GMBH ("Steag"), Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações ("TAF"), Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("CBB"), e Agro Energia Piauí S.A. ("AEP"), firmaram o Instrumento de Transação e Outras Avenças, estabelecendo as condições para a cessão pela Steag ao Fundo das 33.334.920 (trinta e três milhões, trezentos e trinta quatro mil e novecentas e vinte) ações ordinárias nominativas de emissão da CBB de sua titularidade e das 28.748.612 (vinte oito milhões, setecentos e quarentae oito mil e seiscentas e doze) debêntures conversíveis de emissão da CBB, também de sua titularidade. Neste mesmo instrumento, a AEP transfere ao Fundo as 16.665.080 (dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e oitenta)

ações de emissão da CBB de sua titularidade e a consequente obrigação de integralização das referidas ações.

Em 01 de agosto de 2014 a Steag transferiu ao Fundo a titularidade das ações de emissão da CBB de sua titularidade, totalmente integralizadas e livres de qualquer ônus, pelo valor de R$ 1 (um real) e a AEP transferiu ao Fundo as ações de emissão da CBB de sua titularidade, mediante a assunção pelo TAF de sua obrigação de integralizar referidas ações. Em 26.01.2015 a cessão das debêntures de emissão da CBB foi realizada pela Steag ao Fundo, na mesma data o Fundo realizou a integralização de ações da CBB no valor de R$ 15.865 mediante a compensação de 15.865.080 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e oitenta) debêntures conversíveisde emissão da CBB, e a CBB realizou a liquidação antecipada das demais debêntures de sua emissão, pelo valor de R$ 12.884.

Em AGE/AGO realizada em 27 de setembro de 2018, foi deliberada a aprovação da redução de capital no valor de R$6.638, sem o cancelamento de ações, para absorção de prejuízos acumulados, conforme previsto no artigo 1.082, incisos I e II da Lei 10.406/2002.

A antiga Gestora Triscorp alega deter o direito de aquisição de até 20% do número total de ações da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. via bônus de subscrição. O valor unitário de cada nova ação a ser subscrita pela Triscorp será de R$ 0,016.

Em março de 2018 a Triscorp Investimentos Ltda. notificou à Companhia sua pretensão de exercer direitos de subscrição de aquisição de até 20% do número total de ações da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. com base em bônus de subscrição. A Companhia não reconhece tal pretensão, motivo pelo qual a Triscorp Investimentos Ltda. move ação judicial em face da Companhia que tramita perante a 6a Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (processo n.º 0063188-95.2019.8.19.0001).

A Companhia participou e saiu vencedora do Leilão nº 06/2013 (“Leilão A-5”) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 29 de agosto de 2013, tendo ofertado lance de R$ 136,69 por MWh, para 1.191 lotes de energia. Em uma primeira etapa, pré-leilão, a Companhia ofereceu garantia de participação no valor aproximado de R$ 4,7 milhões em favor da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Tal garantia foi, após o Leilão, substituída pela Garantia de Fiel Cumprimento, no valor aproximado de R$ 23.400. Ambos os valores foram reconhecidos e reportados em seus respectivos exercícios. Como decorrência do Leilão, foi publicado no Diário Oficial a autorização do Canto do Buriti pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora termelétrica denominada UTE Canto do Buriti, totalizando 150.000kW de capacidade instalada e 119.100kW médios de garantia física de energia, utilizando cavaco/ resíduo de madeira como combustível. Devido à impossibilidade de viabilização do empreendimento por fatos alheios à sua responsabilidade, no dia 30 de abril de 2015, a Companhia apresentou à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) pedido de revogação de outorga da UTE Canto do Buriti com solicitação de liberação total da garantia de fiel cumprimento e isenção de penalidades regulatórias decorrentes da não execução do projeto. Informou, ainda, que não pretendia mais assinar os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs. Com mais de 2 anos de negociação do processo administrativo junto a ANEEL referente ao pedido de revogação da outorga supracitado, em 20 de dezembro de 2017 foi emitido o Ofício da ANEEL n° 1219/2017 – SCG autorizando a liberação da garantia. Sua diretoria decidiu aplicar uma multa de 1% do valor do investimento à CBB e liberar a garantia de fiel cumprimento após o pagamento da multa, conforme extrato de decisão a seguir: “A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) aplicar à

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. penalidade de multa no valor de R$ 4.694.070,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta reais), equivalente a 1% (um por cento) do valor do investimento declarado à Empresa de Pesquisa Energética – EPE, conforme item 16.2 do Capítulo 16 – Das Penalidades, do Edital de Leilão nº 6/2013; (ii) determinar que, em caso de inadimplemento da obrigação estabelecida no item "i", a respectiva Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser executada em valor suficiente para a quitação da multa; e (iii) determinar que, confirmado o pagamento da multa especificada em "i", a Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser liberada." Com o resultado positivo do processo de revogação da outorga junto à ANEEL em 2017, a aplicação financeira vinculada como garantia da operação foi liberada para a Companhia.

Em AGE realizada em 04 de julho de 2021, houve uma redução de Capital no valor R$ 1.016.260,92 mediante o cancelamento de 1.171.787 (Hum milhão, cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta e sete) ações representativas de seu capital, das quais, 1.153.038 (um milhão, cento e cinquenta e três mil e trinta e oito) ações de titularidade do acionista TRISCORP Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações e 18.749 (dezoito mil, setecentos e quarenta e nove) ações de titularidade de AGRO Energia do Piauí S.A.

Em AGE realizada em 02 de setembro de 2022, houve uma redução de Capital no valor R$ 1.000.006,98 (um milhão, seis reais e noventa e oito centavos), mediante o cancelamento de 1.153.045 (um milhão, cento e cinquenta e três mil e quarenta e cinco) ações representativas de seu capital, das quais, 1.134.590 (um milhão, cento e trinta e quatro mil e quinhentos e noventa) ações de titularidade do acionista TRISCORP Ativos Florestais fundo de Investimento em Participações e 18.455 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) ações de titularidade de AGRO Energia do Piaui S.A.

Em AGE realizada em 30 de agosto de 2023, houve uma redução de Capital no valor R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante o cancelamento de 1.153.038 (um milhão, cento e cinquenta e três mil e trinta e oito) ações representativas de seu capital, das quais, 1.134.589 (um milhão, cento e trinta e quatro mil e quinhentos e oitenta e nove) ações de titularidade do acionista TRISCORP Ativos Florestais fundo de Investimento em Participações e 18.449 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta e nove) ações de titularidade de AGRO Energia do Piaui S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo recebeu R$ 635 (R$ 1.657 em 2022), referente dividendos e juros sobre capital próprio, distribuídos pela Companhia CBB.

Ao longo de 2023 e 2022 a Companhia não realizou investimentos e seu caixa foi utilizado apenas para pagamento das despesas correntes e celebração de contratos de mútuo com partes relacionadas para fazer frente a continuidade das atividades da Agro Energia Piauí S.A. e AEP Agrícola S.A.

Em 31.12.2023 e 2022 o investimento do fundo na CBB está demonstrado na tabela a seguir:

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 98,40%		
31.12.2023		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	45.777.783	R$ 39.898

Investimento do Fundo em Ações da Empresa – Participação 98,40%		
31.12.2022		
Tipo	Quantidade	Valor de mercado
ON	46.912.372	R$ 43.409

As demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. referente a 31 de dezembro de 2022 foram disponibilizadas em 05/05/2023 ao Administrador do Fundo juntamente com o relatóriodos auditores independentes emitido em 25 de abril de 2023, sem modificação.

As demonstrações financeiras da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. referentes a 31 de dezembro de 2023 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 23 de fevereiro de 2024, sem modificação.

d) Avaliação das empresas investidas

Conforme laudo de avaliação AP-01424/21-01, elaborado pela APSIS Consultoria Empresarial LTDA, em 30 de março de 2022, o valor de mercado pertencentes das empresas investidas do FIP Triscorp é de R$ 225.489. O ajuste a valor justo no montante de R$ 103.477, foi realizado na carteira do Fundo, no dia 01 de abril de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, a LAD Capital Gestora de Recursos Ltda., promoveu a atualização dos investimentos do Fundo em carteira, com base nos laudos de avaliação AP-00109/22-01 produzidos, em 14 de dezembro de 2022, pela APSIS Consultoria Empresarial LTDA e com base nesse estudo econômico foi determinado o novo valor justo, resultando em um aumento da carteira e consequentemente do Patrimônio Líquido e resultado do exercício no montante de R$ 237.346 mil.

Conforme fato relevante emitido em 15 dezembro de 2022, de acordo com o Laudo emitido em 14 de dezembro de 2022, o valor justo das ações das empresas investidas do Fundo na data base de outubro de 2022, equivale a R$ 418.003. Entretanto, entre a data base do Laudo e a data de exercício do Fundo e, por consequência, a efetiva marcação das cotas do FIP, ocorreu a efetivação contábil e societária do acordo envolvendo o Bridge Loan, conforme aprovado na AGC de 14/05/2021, onde parte dos ativos da companhia Agro Energia Piauí S.A. foi utilizada em uma operação de swap com credores. Desta maneira, o novo valor o valor de mercado pertencentes das empresas investidas do FIP Triscorp é R$ 359.358.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Fundo era classificado como entidade de investimento, nos termos do Instrução CVM 579, bem como das disposições aplicáveis do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Nessa condição, os investimentos em sociedades investidas eram mensurados ao valor justo por meio do resultado, não sendo aplicados procedimentos de consolidação ou equivalência patrimonial.

A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, a Administração do Fundo reavaliou as características de sua estrutura, estratégia de investimento e forma de gestão das sociedades investidas, concluindo que o Fundo deixou de atender aos critérios necessários para sua classificação como entidade de investimento.

Em decorrência dessa mudança de enquadramento, o Fundo passou a ser classificado como não entidade de investimento a partir dessa data.

Conforme estabelecido pela Instrução CVM 579, os Fundos de Investimento em Participações que não se qualificam como entidade de investimento devem avaliar seus investimentos em sociedades investidas pelo método de equivalência patrimonial.

Assim, a partir de 1º de janeiro de 2023, os investimentos do Fundo em sociedades investidas passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com o reconhecimento no resultado do Fundo da participação nos lucros ou prejuízos das respectivas investidas.

Na data da mudança de classificação, o valor justo dos investimentos anteriormente reconhecido nas demonstrações financeiras do Fundo passou a ser considerado como custo inicial para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a aplicação do método de equivalência patrimonial resultou no reconhecimento de resultado líquido positivo de equivalência patrimonial no montante de R$ 59.452, refletindo a participação do Fundo no resultado das sociedades investidas.

Em decorrência da atualização do investimento pelo método de equivalência patrimonial, o saldo contábil dos investimentos do Fundo em sociedades investidas totalizava R$ 313.699 em 31 de dezembro de 2023.

Essa alteração decorre de mudança nas circunstâncias e nas características do Fundo, e não de mudança voluntária de política contábil, tendo sido aplicada prospectivamente a partir da data em que o Fundo deixou de atender aos requisitos para ser classificado como entidade de investimento.

Em 31 de dezembro de 2023:

Investida	Tipo	Quantidade	Valor de mercado
Agro Energia PiauíS.A.	ON	14.600.346	R$ 27.743
AEP Agrícola S.A.	ON	16.707.432	R$ 246.058
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.	ON	45.777.783	R$ 39.898
Total		**77.085.561**	**R$ 313.699**

Em 31 de dezembro de 2022:

Investida	Tipo	Quantidade	Valor de mercado
Agro Energia PiauíS.A.	ON	14.600.346	R$ 694
AEP Agrícola S.A.	ON	16.707.432	R$ 315.254
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.	ON	46.912.372	R$ 43.409
Total		**78.220.150**	**R$ 359.358**

5. Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto, quando, cumulativamente tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

No período findo 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Fundo não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Gerenciamento de risco

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Riscos de não realização do investimento
A política de investimento do Fundo descritas no regulamento estabelece que o Fundo foi constituído para obter rendimentos de longo prazo, principalmente por meio de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de companhias em crescimento no Brasil. Os investimentos

podem ser realizados sob a forma de participações minoritárias, aquisição de controle, joint ventures, build-ups (criação de ações) e recapitalizações, dentre outros. Não há garantias de que haverá quantidade suficiente de oportunidades de investimento para possibilitar ao Fundo investir todo seu capital comprometido em oportunidades que satisfaçam os objetivos do Fundo, nem de que tais oportunidades de investimento levarão à realização dos investimentos pelo Fundo. A identificação de oportunidades de negócios atrativas é difícil e envolve um grande graude incerteza. O Fundo competirá pela aquisição dos investimentos com muitos outros investidores, alguns dos quais dispondo de mais recursos do que o Fundo. Tais concorrentes podem incluir outros fundos de investimentos, bem como pessoas físicas, instituições financeiras e outros investidores institucionais. Outros fundos com objetivos de investimento similarespodem ser constituídos no futuro por outras partes não relacionadas. Além disso, a disponibilidade de oportunidades de investimento normalmente estará sujeita às condições de mercado, bem como, em alguns casos, ao clima político e regulatório vigente.

Não se pode garantir que todos os cotistas cumprirão suas obrigações de integralizar as Cotas de acordo com cada um de seus respectivos compromissos de investimento. Se um Cotista deixar de efetuar tais pagamentos quando devidos, e os pagamentos feitos pelos Cotistas não inadimplentes forem insuficientes para cobrir os pagamentos não efetuados, o Fundo poderá não conseguir realizar o investimento para o qual tais pagamentos foram convocados.

Risco de Liquidez
Poderá não haver ou haver um reduzido mercado comprador para os títulos e valores mobiliários detidos pelo Fundo. Consequentemente, o Fundo poderá não conseguir alienar um investimento quando desejar fazê-lo. Alguns dos Títulos e Valores Mobiliários adquiridos pelo Fundo poderão ter sido emitidos por meio de operações de colocação privada e estar sujeitos a restrições legais e contratuais quanto à sua alienação pelo Fundo. Em alguns casos, a venda dos Títulos e Valores Mobiliários detidos pelo Fundo poderá requerer negociações demoradas. Caso o Fundo precise

vender tais Títulos e Valores Mobiliários (i) poderá não haver mercado comprador de tais Títulos e Valores Mobiliários, (ii) a definição do preço de tais Títulos e Valores Mobiliários, poderá não resultar em um preço compatível com as expectativas do Fundo ou de um Cotista, ou (iii) opreço de venda de tais Títulos e Valores Mobiliários poderá resultar em perdas para o Fundo ou, conforme o caso, para o Cotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou converter quaisquer desses Títulos e Valores Mobiliáriosem caixa ou títulos líquidos. Embora o Fundo atualmente não pretenda realizar nenhumadistribuição de Títulos e Valores Mobiliários como dação em pagamento aos Cotistas, se tais distribuições forem feitas, os riscos descritos acima serão também aplicáveis a quaisquer Títulos e Valores Mobiliários distribuídos aos Cotistas.

O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Cotista consiga alienar suas Cotas pelo preço e no momento desejados. As Cotas não podem ser cedidas nem transferidas por qualquer Cotista sem o consentimento dos Cotistas. Além disso, os Cotistas não poderão resgatar suas Cotas, salvo no caso de liquidação do Fundo. Assim sendo, as Cotas constituem investimentos sem liquidez e somente devem ser adquiridas por pessoas que tenham capacidade de suportar o risco de tal investimento por prazo indeterminado.

Riscos relacionados às companhias investidas
Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o Administrador e/ou o Comitê de Investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas de cada uma das Companhias Investidas. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo e possa aumentar a capacidade do Fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo a reivindicações a que o mesmo não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso alguma das Companhias Investidas tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Cotas, podendo, inclusive, gerar Patrimônio Líquido negativo, podendo, em conformidade com o disposto no Parágrafo Vinte abaixo, sujeitar os Cotistas a realizaremaportes adicionais de recursos no Fundo.

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas aobservar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida,e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do fundo e das Cotas.

Uma parcela dos investimentos do Fundo pode envolver investimentos em companhias abertas ou em companhias que venham a abrir seu capital. Investimentos em companhias abertas podem sujeitar o Fundo a riscos que variam em tipo e grau daqueles envolvidos nos investimentos em companhias fechadas. Tais riscos incluem, sem limitação, maior volatilidade na avaliação de tais companhias, maiores obrigações de divulgação de informações sobre tais companhias, limites à capacidade do Fundo de alienar tais valores mobiliários em determinados momentos (inclusive devido ao conhecimento, pelo Fundo, de informações não públicas relevantes), maiores chances de propositura de ações pelos acionistas contra os membros do conselho de administração dessas companhias, que podem incluir membros do Comitê de Investimento, processos administrativos

movidos pela CVM e aumento nos custos relacionados a cada um desses riscos.

O Fundo poderá investir em companhias que atuam em setor regulamentado. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação em decorrência de novas exigências. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas Companhias Investidas. Dessa forma, a alteração da regulamentação já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas.

Investimentos em Companhias Investidas envolvem riscos relacionados ao setor em que as Companhias Investidas atuam. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nemtampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhepari passu o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Não obstante a diligência e o cuidado do Comitê de Investimento, os pagamentos relativos aos Títulos e Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros sobre o capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Riscos de mercado em geral
As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do Fundo, inclusive o valor dos Títulos e Valores Mobiliários que o Fundo detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho das Companhias Alvo ou Companhias Investidas pode ser afetado de forma adversa por mudanças nas políticas do governo, tributação, início de construção de moradias populares, preços do petróleo, leis sobre o salário-mínimo, ou outras leis e regulamentos sobre as flutuações da moeda, tanto no Brasil quanto no exterior.

A precificação dos Títulos e Valores Mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, Títulos e Valores Mobiliários e demais operações, estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, taiscomo os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou

redução no valor de suas Cotas.

Risco de crédito
Os ativos de uma Companhia Investida podem estar sujeitos à ônus e/ou outros direitos reais de garantia decorrentes das atividades financeiras de tal Companhia Investida. Mudanças na situação financeira de tal Companhia Investida e/ou na percepção dos beneficiários de tais ônus ou outros direitos reais de garantia sobre tal situação, bem como mudanças na situação econômica e política podem afetar a capacidade dessa Companhia Investida de satisfazer as obrigações incorridas com relação a tais atividades de financiamento, e isso poderá causar impactos significativos nos preços e na liquidez de tal Companhia Investida.

Risco de Distribuição
Não se pode garantir que as operações do Fundo serão rentáveis, que o Fundo conseguirá evitar perdas, nem que os lucros resultantes de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos Cotistas. O Fundo não terá outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos Cotistas além do lucro e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e respectivos rendimentos.

Risco de Descontinuidade
O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que esperavam investir no Fundo ou receber a mesma remuneração que esperavam ser proporcionada pelo Fundo. O Fundo e o Administrador não serão obrigados a pagar qualquer multa ou penalidade a qualquer Cotista, a qualquer título, em decorrência da liquidação do Fundo.

Risco de Derivativos
Com relação a determinados investimentos, o Fundo poderá utilizar técnicas de hedge, mecanismos de proteção destinados a reduzir os riscos de movimentos negativos nas taxas de juros, preços de Títulos e Valores Mobiliários e taxas cambiais. Embora possam reduzir determinados riscos, essas operações por si só podem gerar outros riscos. Assim sendo, embora o Fundo possa se beneficiar do uso desses mecanismos de proteção, mudanças não previstas nas taxas de juros, preços dos valores mobiliários ou taxas de câmbio podem resultar em um pior desempenho em geral para o Fundo em comparação ao cenário em que tais operações de hedge não tivessem sido contratadas.

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos e regulatórios
O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil, a CVM e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e

valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Risco de responsabilidade Ilimitada e de patrimônio líquido negativo
O Fundo é uma comunhão de ativos organizados sob a forma de um condomínio e, portanto, as dívidas do Fundo que não forem devidamente satisfeitas com os ativos do Fundo podem ter que ser suportadas pelos Cotistas. Dessa forma, caso o Fundo não seja capaz de arcar com a totalidade de suas obrigações com base em seu Patrimônio Líquido, os Cotistas podem vir a ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo para pagamento de tais obrigações.

Outros riscos exógenos ao controle da Administração
O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Cotas.

7. Emissão, integralização, amortização e resgate de cotas

Dispensa do Registro da oferta
Considerando que a oferta das cotas do Fundo se deu nos termos da Instrução CVM 476/09, não houve registro da oferta junto à CVM.

Subscrição.
As ofertas resultaram na subscrição de 1.613,27 cotas, totalizando o montante de R$ 54.936 ("Capital Comprometido").

Integralizações realizadas até dezembro de 2023
Em 31.12.2017 os cotistas haviam integralizado 1.613,27 cotas do Fundo, totalizando o montante de R$ 54.936, correspondente a 100% do Capital Comprometido.

Amortização
O Regulamento do Fundo prevê a possibilidade de amortização de cotas, porém não ocorreram amortizações no exercício.

Resgates
Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo ou na hipótese de sua liquidação.

8. Transações com partes relacionadas

O administrador e o gestor são partes relacionadas do Fundo.

9. Serviços de administração, gestão e custódia

O Fundo é administrado pela Lad Capital Gestora de Recursos Ltda., autorizada aprestar os serviços de Administrador de carteiras de valores mobiliários.

A Gestão da carteira do Fundo é feita pela Lad Capital Gestora de Recursos Ltda., autorizada a prestar os serviços de gestor profissional dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo.

As atividades previstas no Artigo 37 da Instrução CVM n.º 578/16 serão desempenhados pelo Administrador do Fundo. Caso seja necessária a contratação de Custodiante, este será contratado pelo Administrador.

10. Custódia de títulos

As ações de companhias de capital fechado encontram-se devidamente registradas nos Livros de Ações e documentos societários das empresas investidas.

11. Remuneração da Administração

Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará uma taxa de administração correspondente a 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco pontos percentuais) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observando-se os valores mínimos abaixo, independentemente do patrimônio líquido do Fundo, que deverão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M divulgado pela FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo:

a) Remuneração do Administrador: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês;
b) Remuneração do gestor: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês.

A taxa de administração é calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, da percentagem referida nos itens I e II acima, sobre o valor diário da base de cálculo indicada em tais itens, conforme o caso, e é paga diretamente pelo Fundo a Administração até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Fundo reconheceu despesas com taxa de administração no montante de R$ 359, comparado a R$ 312 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidas despesas com taxa de gestão no montante de R$ 1.775, em comparação com R$ 1.025 no exercício de 2022.

Não há cobrança de taxas de ingresso, de saída do Fundo e/ou de performance.

12. Política de distribuição de resultados

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas, bem como demais rendimentos e proventos, serão, (a) distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas, ou (b) reinvestidos no Fundo.

13. Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, nas amortizações ou no resgate de cotas, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou do resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15% (quinze por cento).

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

14. Encargos debitados ao Fundo

As despesas debitadas ao Fundo em relação ao patrimônio líquido estão demonstradas como segue:

Encargos e despesas	**31/12/2023**	**% PL Médio**	**31/12/2022**	**% PL Médio**
Taxa de administração	359	0,10%	312	0,15%
Taxa de gestão	1.775	0,49%	1.025	0,50%
Taxa de fiscalização - CVM	5	-	20	0,01%
Auditoria	21	0,01%	21	0,01%
Serviços técnicos especializados	72	0,02%	403	0,20%
Outras despesas operacionais	163	0,05%	-	-
Outras despesas administrativas	3	-	2	0,00%
Total	**2.398**	**0,68%**	**1.783**	**0,87%**
PL Médio	**359.232**		**206.330**	

15. Rentabilidade

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota período findo foram as seguintes:

	Rentabilidade (%)	**Valor da cota (em R$)**
31 de dezembro de 2022	194,39	222.854,10
31 de dezembro de 2023	(12,60)	194.763,53

A rentabilidade obtida pelo Fundo no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

16. Contrato de prestação de serviços de controladoria para o Fundo

A prestação dos serviços de distribuição, liquidação, controle de ativos e passivos, cálculo de cota, processamento, contabilidade e tesouraria, serão desempenhados pelo Administrador do Fundo, visando ao atendimento das normas Legais e Regulamentares. Caso seja necessária a contratação de Custodiante, este será contratado pelo Administrador.

17. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas contra a administração do Fundo.

18. Contrato de prestação de serviço de auditoria

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Administradora informa que a empresa de auditoria contratada para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não prestou qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

19. Política de divulgação das informações

A convocação da Assembleia Geral far-se-á por meio de correspondência encaminhada a cada Cotista, admitida a utilização de correio eletrônico, ficando os Cotistas responsáveis, para tanto, pela atualização de seus dados cadastrais, ou por publicação em periódico de grande circulação (informado previamente aos Cotistas) e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, bem como a respectiva ordem do dia a ser deliberada, sendo que, caso não disponha em contrário a convocação, a Assembleia Geral ocorrerá na sede da Administradora.

20. Direito de voto

A convocação da assembleia por solicitação dos Cotistas deve: (i) ser dirigida à Administradora, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário e; (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais Cotistas.

Somente poderão votar na Assembleia Geral os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

Será atribuído a cada Cota o direito a um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

A Administradora não exerceu o direito de voto no período.

21. Atos societários

Conforme assembleia geral de cotistas, realizada em 04 de outubro de 2023, foi aprovada a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo por 2 (dois) anos, estendendo o término do Período de Desinvestimento para 11/11/2025.

22. Eventos subsequentes

Conforme fato relevante, divulgado em 19 de março de 2024, a LAD Capital, após a reavaliação dos requisitos para a classificação do Fundo como entidade de investimento em virtude da edição da Lei Nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 e da Resolução CMN n° 5.111 de 21 de dezembro de 2023, em especial nos termos de seu Art. 2º, §2 e seguintes, entendeu que o Fundo não atende aos requisitos necessários para a classificação como entidade de investimento, de acordo com as normas atualmente aplicáveis à espécie.

Conforme assembleia geral de cotistas, realizada em 18 de novembro de 2024, foi aprovada a emissão de nova Oferta Privada de Cotas, no valor de até R$ 13.000, para custeio das operações do fundo e manutenção das Empresas investidas até a data atual de liquidação do fundo, 11.11.2025.

Conforme instrumento particular, realizado em 10 de fevereiro de 2025, foi Promovido a reforma do regulamento do Fundo, atendendo às solicitações da B3, de maneira a, exclusivamente, melhor atender às exigências de entidade administradora de mercados organizados em que as cotas do fundo sejam admitidas à negociação, conforme Art. 52, inciso I da Resolução CVM 175, de 23 de dezembro de 2022.

Conforme assembleia geral de cotistas, realizada em 10 de fevereiro de 2025, foi alterado o nome do fundo para AGRIFARM FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA.

Conforme assembleia geral de cotistas, realizada em 07 de novembro de 2025, foi aprovada a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo por 2 (dois) anos, estendendo o término do Período de Desinvestimento para 11/11/2027.

As demonstrações financeiras da investida Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. referentes a 31 de dezembro de 2025 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 06 de abril e 2026, sem ressalvas.

As demonstrações financeiras da investida Agro Energia Piauí S.A. referente a 31 de dezembro de 2025 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatóriodos auditores independentes emitido em 14 de abril de 2026, com ressalvas.

As demonstrações financeiras da investida AEP Agrícola S.A. referente a 31 de dezembro de 2025 foram disponibilizadas ao Administrador do Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 14 de abril de 2026, com abstenção de opinião.

Diretor e Contador do Fundo.

Edson Archela Diretor responsável	Marcio Pelizzon a Silva Contador CRC RJ 114336/O-6